



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº. 83.286.011/0001-84
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR



PARECER JURÍDICO

Interessada: Comissão de Licitação.
Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2022-PE/SRP
Assunto: Termo aditivo – Supressão de valor.

EMENTA: Direito administrativo. Licitação. Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Termo aditivo contratual – supressão de valor. Possibilidade.

I- DO RELATÓRIO

Trata-se de pedido encaminhado a esta Assessoria Jurídica para fins de manifestação quanto à viabilidade de aditivo, objetivando a supressão no valor dos contratos: **20220146; 20220160; 20220162; 20220166 e 20220167** da empresa **DELPUPO & MORO COMBUSTÍVEL**, contratada pela Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará, por meio do processo licitatório nº 001/2022-PE-SRP, cujo objeto consiste na aquisição de combustível (gasolina), visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará e demais Órgãos.

Ademais, conforme justificativas apresentadas e documentos em anexo, os termos aditivos de supressão de valor dos contratos acima mencionados, pauta-se na necessidade de repactuação econômica financeira, **tendo em vista os impactos causados pelas políticas nacionais de redução de preço de combustível (gasolina), com a redução da alíquota do ICMS**, com a publicação no dia 04/07/2022, do Decreto Estadual 2.476 em consonância com a Lei complementar nº 194 de 23 de junho de 2022.

Ressalta-se que o valor de litro da gasolina praticado atualmente nos mencionados contratos é de R\$ 7,31 (sete reais e trinta e um centavos), conforme estipulado nos primeiros aditivos dos contratos, e que conforme relatórios



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

circunstanciados, juntados aos autos pelos respectivos fiscais dos contratos, hoje o valor praticado na bomba com a redução da alíquota é de R\$ 5,48 (cinco reais e quarenta e oito centavos).

É o relatório

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Inicialmente, insta destacar que dentre os princípios que regem o sistema brasileiro de licitações, ocupa lugar de destaque o princípio do equilíbrio econômico-financeiro contratual, o qual, em breves palavras, prima pela manutenção da relação entre os encargos do particular e a contrapartida da administração pública.

Não obstante, há disposição constitucional que consagra o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme se transcreve:

Art.37

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**(Grifo nosso)

A legislação ordinária traz positivado o entendimento na lei 8.666/93:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

d) **para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato**, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

II - **as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.**

Celso Antônio Bandeira de Mello, acerca do tema, assim se posiciona:

“Equilíbrio econômico-financeiro (ou equação econômico-financeira) é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

correspondera. A equação econômico-financeira é intangível. Vezes a basto têm os autores encarecido este aspecto.” (Curso de direito administrativo, 8ª ed., pág. 393)

A respeito do equilíbrio econômico financeiro, Hely Lopes Meireles preconiza que:

“não se pode deixar de reconhecer a necessidade do equilíbrio financeiro e da reciprocidade e equivalência nos direitos e obrigações das partes, **devendo-se compensar a supremacia da Administração com as vantagens econômicas estabelecidas no contrato em favor do particular contratado.**” (Licitação e Contrato Administrativo, ed. RT, 4ª ed., São Paulo, 1979, p. 202)

Nesse sentido, segundo consta nos autos do processo, há interesse das partes na manutenção do referido objeto contratual, tendo inclusive a empresa contratada ter declarado expressamente o aceite, da redução dos valores unitários dos produtos pactuados nos contratos, **dando ensejo à referida supressão ventilada, a qual se mostra economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.** Isso por tratar-se de redução no preço do objeto do contrato, qual seja a aquisição dos combustíveis (gasolina).

Assim sendo, infere-se que pelas razões a seguir mencionadas, que é viável e justificada a supressão no valor do litro por gasolina do contrato supracitado, pois:

- a) A continuidade na execução do objeto já contratado minimizaria custos e tempo, já que seria mais dispendioso realizar nova licitação, evitando reajustes de preços que poderiam gerar custos à Administração Pública, além de atrasar mais ainda a conclusão do objeto contratado;
- b) Sob o ponto de vista legal, o art. 65, II, “d”, e §§ 1º e 2º, II, da Lei 8666/93, prevê a possibilidade de supressão dos valores de contrato de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro, o que promoverá a maior economicidade ao Contratante.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
CNPJ Nº. 83.286.011/0001-84
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

Outrossim, torna-se a salientar que o valor global dos contratos deve respeitar o limite do § 1º do artigo 65 da Lei das Licitações, já que o § 2º deste artigo referido excetua inclusive que há a possibilidade de haver supressão superior ao percentual de 25%, não havendo nenhum óbice aparente à legalidade dos Aditivos pretendidos, **necessitando da autorização prévia da autoridade competente para tanto**, como expressamente disposto em lei

III - DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, em análise à documentação acostada aos autos, infere-se que o processo se encontra devidamente instruído e fundamentado, pelo que esta Assessoria Jurídica opina e conclui pela legalidade do deferimento do 2º termo aditivo para as supressões pleiteadas com relação aos valores unitários do item gasolina comum presentes nos **contratos administrativos nº 20220146; 20220160; 20220162; 20220166; e 20220167, da empresa DELPUPO & MORO COMBUSTÍVEL**, contratada pela Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará, por meio do processo licitatório nº 001/2022-PE-SRP, cujo objeto consiste na aquisição de combustível (gasolina), visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará e demais Órgãos.

Ademais, em razão da redução de R\$ 7,31 (sete reais e trinta e um centavos) para R\$ 5,48 (cinco reais e quarenta e oito centavos) por litro de gasolina comum, em decorrência da redução da alíquota do ICMS, com a publicação no dia 04/07/2022 do Decreto Estadual 2.476 e em consonância com a Lei complementar nº 194 de 23 de junho de 2022, entende-se por viável a supressão de valor consultada, uma vez que encontra-se em conformidade ao art. 65, II, "d", e §§ 1º e 2º, II, da Lei 8666/93.

É o parecer;

S. M. J.

Ipixuna do Pará, 04 de outubro de 2022.

AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES
ASSESSORIA JURÍDICA
OAB/PA 13650